

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras padronizadas da Cambuci S.A., distribuídas da seguinte forma:

1. Contexto operacional
2. Relação de entidades controladas e consolidadas
3. Declaração da administração e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
4. Novas normas, alterações e interpretações de normas
5. Demonstrações financeiras consolidadas
6. Resumo das principais políticas contábeis
7. Política de gestão de risco
8. Reclassificação dos saldos do efeito da aplicação do IAS 29(hiperinflação) correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018
9. Caixa e equivalentes de caixa
10. Contas a receber
11. Estoques
12. Partes relacionadas
13. Tributos a recuperar
14. Despesas pagas antecipadamente
15. Demais contas a receber
16. Propriedades para investimento
17. Investimentos
18. Imobilizado
19. Intangível
20. Fornecedores
21. Empréstimos e financiamentos
22. Obrigações sociais e trabalhistas
23. Obrigações fiscais
24. Demais contas a pagar
25. Provisões para contingências
26. Patrimônio líquido
27. Instrumentos financeiros
28. Receita operacional líquida
29. Incentivos fiscais – Subvenção para investimentos
30. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas
31. Receitas financeiras e despesas financeiras
32. Despesas por natureza
33. Imposto de renda e contribuição social
34. Informações por segmento
35. Benefícios a empregados – Plano de opções
36. Cobertura de seguros
37. Eventos subsequentes

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cambuci S.A. (“Cambuci” ou “Companhia”) é uma Companhia por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo - SP, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo – BMF&BOVESPA com o código de negociação “CAMB3”.

A Companhia tem como objetivo social a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, tais como fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie, assim como a prestação de serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados, por conta própria ou de terceiros, consultoria e assessoria administrativa, além da participação em outras Companhias como sócia ou acionista.

A Companhia possui plantas industriais nas cidades de Itabuna e Itajuípe, ambas no Estado da Bahia, e em Bayeux no Estado da Paraíba.

Para o desenvolvimento de suas atividades comerciais no exterior, a Companhia, através de suas controladas, atua na Argentina e Uruguai. As unidades da Espanha, Paraguai e Chile estão com suas atividades paralisadas.

Em 31 de dezembro de 2019, de forma consolidada, a Companhia e suas controladas, apresentam ativo circulante em excesso ao passivo circulante (capital circulante positivo), no montante de R\$ 12.345 (negativo em R\$ 20.226 em 31 de dezembro de 2018), reflexo da estruturação das operações para alongar o prazo do endividamento bancário e redução das obrigações fiscais.

Incerteza referente à continuidade operacional da Penalty Argentina

Em 2019, a Companhia empenhou na melhoria das operações da Argentina, realizando a reestruturação na administração, adequando a política de preços com melhoria na margem bruta e aplicando a redução e o controle das despesas gerais e administrativas, gerando um impacto positivo no resultado do exercício de 2019, com a redução do prejuízo da Companhia, quando comparado com o exercício anterior.

Em virtude da forte desvalorização cambial ocorrida e a situação econômica da Argentina, as vendas e, principalmente a geração de caixa da operação da controlada ainda está afetada, e portanto, a operação ainda depende do suporte por parte do seu controlador.

Continuaremos realizando ações mercadológicas com adequação dos produtos e a melhoria na margem bruta. Desta forma, continuaremos propiciando melhores condições de atuação naquele mercado, com o objetivo de minimizar os efeitos econômicos e financeiros negativos ora vivenciados e recuperar a rentabilidade e o equilíbrio dos fluxos de caixa da Penalty Argentina.

2. RELAÇÃO DE ENTIDADES CONTROLADAS E CONSOLIDADAS

A Companhia não adquiriu empresa ou negócio no período findo em 31 de dezembro de 2019.

As informações consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta ou indiretamente, conforme nota explicativa 5.

3. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

3.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras padronizadas individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), em vigor em 31 de dezembro de 2019.

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a entidade.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais (“R\$”), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis.

Não há em 31 de dezembro de 2019 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 03 de março de 2020.

3.2 Moeda funcional e apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras das controladas. As demonstrações financeiras de cada controlada, que também são aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos monetários são convertidos de sua moeda funcional para Reais, utilizando a taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e as respectivas contas de receitas e despesas são apuradas pelas taxas médias mensais dos períodos. Já os ativos e passivos não monetários, são convertidos de sua moeda funcional para Reais pela taxa de câmbio da data da transação contábil (taxa histórica).

Os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada sobre os investimentos em controladas no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada no processo de consolidação das demonstrações contábeis da Companhia (*Cumulative Translation Adjustment* (“CTA”), são reconhecidos na rubrica de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Controladora e Consolidada é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis da Controladora e Consolidada incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado Nota 18.2, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas Nota 25, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares Nota 27.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das

estimativas.

3.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor e ajustado, quando requerido, para refletir o valor justo de certos ativos e passivos.

4. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

4.1 – IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

A Companhia avaliou o impacto da adoção inicial dessa norma sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme abaixo:

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, ou seja, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de arrendamento mercantil e o CPC03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos complementares de operações de arrendamento mercantil.

4.1.1 – Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

A Companhia reconheceu ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das suas lojas. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos foi alterada, sendo que a Companhia reconheceu um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Anteriormente a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS16 a Companhia reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo de arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

4.1.2 – Abordagem na transição

A Companhia utilizou abordagem retrospectiva simplificada. O efeito cumulativo da adoção foi reconhecido como ajuste no saldo de abertura do balanço patrimonial, sem abertura das informações comparativas.

4.1.2 – Impactos no Balanço Patrimonial

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor do inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. A Administração da Companhia optou por utilizar um expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração inicial do ativo de direito de uso, mantendo o valor do passivo inicial de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

Movimentação do Direito de uso:

	Controladora	Consolidado
(+) Adoção inicial - IFRS 16/CPC 06 (R2)	2.490	-
(+) Adição	488	2.978
(-) Baixas	(1.647)	(554)
(-) Depreciação Acumulada	(643)	(681)
Saldo em 31/12/2019	688	1.743

Dos contratos que foram escopo da norma, a Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento o valor do aluguel para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de alugueis fixos.

Movimentação dos arrendamentos a pagar:

Descrição	Média Taxa Anual	Vencimento	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Locação de imóveis	4,21%	2 a 5 anos	783	-	1.164	-
Total			783	-	1.164	-
Passivo circulante			275	-	405	-
Passivo não circulante			508	-	759	-
			783	-	1.164	-

4.1.3 – Impactos na Demonstração do Resultado

De acordo com a norma, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de alugueis, passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras.

4.2 - Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia hiperinflacionária

Considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (CPC 42/IAS 29) passou a ser requerida. O CPC 42/IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa Penalty Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identificou a existência de hiperinflação).

De acordo com o CPC 42/IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para a sua subsidiária na Argentina aplicando as regras da CPC 42/IAS 29 da seguinte forma:

- A norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018;
- Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico (por exemplo, ativos imobilizados, ativos intangíveis, etc.) e o patrimônio líquido da subsidiária na Argentina foram atualizados por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 foram reportados no patrimônio líquido em “Outros resultados abrangentes”. Os impactos do poder de compra geral a partir de 1º de janeiro de 2018 foram reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro (vide nota explicativa 29 – Receitas e despesas financeiras, líquidas). No CPC 42/IAS 29, não existe um índice geral de preços definido, mas é permitida a utilização de julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis se torna necessária. Dessa forma, os índices utilizados foram baseados na resolução 539/18 emitida pela Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas: i) de 1º de janeiro de 2017 em diante o IPC nacional (índice nacional de preço ao consumidor); ii) até 31 de dezembro de 2016 o IPIM (índice interno de preços ao atacado);
- A demonstração de resultado é ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada período, resultando assim no acumulado do ano os efeitos, nas contas de resultado, tanto do índice de inflação quanto para conversão de moeda;
- A demonstração de resultados do ano de 2017, do primeiro e do segundo trimestres de 2018 e os respectivos balanços patrimoniais da subsidiária na Argentina não foram reapresentados. Conforme IAS 29 parágrafo 42 (b) quando os montantes forem convertidos para a moeda de economia não hiperinflacionária, os montantes comparativos devem ser aqueles que seriam apresentados como montantes do ano corrente nas demonstrações contábeis do ano anterior, isto é, não ajustados para mudanças subsequentes no nível de preços ou mudanças subsequentes nas taxas de câmbio.

Os impactos nos ativos e passivos líquidos da aplicação da norma na controlada Penalty Argentina em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 845 (R\$ 835 em 31 de dezembro de 2018).

A demonstração de resultado da Penalty Argentina acumulada até 31 de dezembro de 2019 foi corrigida pelo índice de inflação e, posteriormente convertida à taxa de fechamento em dezembro de 0,06732 pesos argentinos por real, em decorrência da aplicação do CPC 42/IAS 29.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a utilização da norma de Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária, de acordo com as regras do IFRS, resultou em um ajuste negativo de -R\$ 933 no lucro líquido (negativo -R\$ 2.866 em 31 de dezembro de 2018).

4.3 - A seguir apresentam-se as normas efetivas a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- IAS 1 /CPC 26 e IAS 8/ CPC 23 - Definição de material;
- CPC 00 – Estrutura conceitual para relatórios financeiros;
- IFRS 3 / CPC 15 – Definição de negócio;
- Revisão de pronunciamentos técnicos nº 14;
- Revisão de pronunciamentos técnicos nº 15;
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

		Participação no capital total - %	
		Sede (País)	
		31/12/2019	31/12/2018
Controladas Diretas			
Cambuci Importadora Ltda.		Brasil	99,99
Era Sports Ltda.	(vii)	Brasil	-
Impar Paraguay S/A		Paraguai	96,70
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.		Brasil	98,00
Cambuci Trust S/A		Brasil	100,00
Latinline S/A		Uruguai	100,00
Penalty Argentina S/A		Argentina	95,00
Penalty Chile S/A		Chile	100,00
Penalty Ibéria S.L		Espanha	100,00

- (i) Cambuci Importadora Ltda., (“Cambuci Importadora”) sediada no Espírito Santo para importações de produtos para industrialização. Está ativa, mas sem movimento. A Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda. (“Impar Sports”), sediada na cidade de São Roque, tem como finalidade a comercialização no atacado de artigos do vestuário e complementos. A Cambuci Trust S/A (“Cambuci Trust”), sediada na cidade de São Roque, tem como finalidade a compra, venda ou locação de imóveis próprios, bem como participação societária em outras empresas.
- (ii) Impar Paraguay, sediada na Cidade de Hernandarias no Paraguai, cuja moeda funcional é o Guarani, tem como objeto a produção, comercialização, importação e exportação de produtos esportivos.
- (iii) Penalty Argentina S/A (“Penalty Argentina”), sediada na Cidade de Buenos Aires na Argentina, cuja moeda funcional é o Peso Argentino; tem como objeto a comercialização, importação e exportação de artigos esportivos.
- (iv) Penalty Chile S/A (“Penalty Chile”), sediada na Cidade de Santiago no Chile, cuja moeda funcional é o Peso Chileno; tem como objeto a comercialização e importação de artigos esportivos.
- (v) Penalty Ibéria S.L. (“Penalty Ibéria”), sediada na Espanha, cuja moeda funcional é o Euro; tem como finalidade a comercialização e importação de artigos esportivos.
- (vi) Latinline Trade S/A (“Latinline”), é uma sociedade constituída na Republica Oriental do Uruguai, cujo objeto é o desenvolvimento de atividades comerciais de vendas ao mercado asiático, através da cobrança de royalties.
- (vii) A Era Sports Ltda. (“Era Sports”), sediada na cidade de São Roque, tem como finalidade a compra, venda e comercialização de ativos, bem como participação em empresas não financeiras. A sociedade encerrou todas suas operações e atividades em 02 de setembro de 2019 e foi procedida e liquidação da sociedade.

Os períodos contábeis das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora. As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas controladas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas nas informações do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

O processo de consolidação previsto nos pronunciamentos CPC 36 (R3) e IAS 27 corresponde à soma das contas patrimoniais e de resultado, complementado com as seguintes eliminações:

- a) As participações da Controladora no patrimônio líquido das controladas;

- b) Saldos de contas patrimoniais mantidos entre as empresas;
- c) Receitas e despesas decorrentes de operações comerciais e financeiras realizadas entre as empresas; e
- d) As parcelas do resultado do exercício e do ativo correspondentes aos ganhos e as perdas não realizados nas operações entre as empresas.

6. RECLASSIFICAÇÃO DOS SALDOS DO EFEITO DA APLICAÇÃO DO IAS 29 (Hiperinflação) CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Em conformidade com a Deliberação CVM n°. 592/09 equivalente ao CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das demonstrações contábeis e visando à melhor apresentação entre os exercícios, está sendo reclassificado/segregado, o saldo de ajuste acumulado de conversão, correspondente ao efeito da aplicação do CPC42/IAS 29 (hiperinflação) do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em uma conta/linha específica denominada “Efeito da aplicação do CPC 42/IAS 29 (Hiperinflação)”, uma vez que originalmente o mesmo foi condensado na conta de “Ajustes acumulados de conversão” no Balanço Patrimonial e na linha de “Ajuste de conversão moeda estrangeira” na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, incluídas nas demonstrações financeiras emitidas em 15 de março de 2019, conforme segue abaixo:

Balanço Patrimonial

	Controladora			Consolidado		
	Divulgado	Ajuste	Reapresentado	Divulgado	Ajuste	Reapresentado
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Ajustes acumulados de conversão	(1.793)	(835)	(2.628)	(1.793)	(835)	(2.628)
Efeito da aplicação do CPC42 / IAS 29 (Hiperinflação)	-	835	835	-	835	835
	(1.793)	-	(1.793)	(1.793)	-	(1.793)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido:

	Capital social	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2017	35.636	(26.146)	(2.525)	6.965
Ajuste de conversão moeda estrangeira	-	-	732	732
Lucro do período	-	16.650	-	16.650
Em 31 de dezembro de 2018 - Divulgado	35.636	(9.496)	(1.793)	24.347
Em 31 de dezembro de 2017	35.636	(26.146)	(2.525)	6.965
Ajuste de conversão moeda estrangeira	-	-	(103)	(103)
Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	-	-	835	835
Lucro do período	-	16.650	-	16.650
Em 31 de dezembro de 2018 - Reapresentado	35.636	(9.496)	(1.793)	24.347

7. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão à favor da Companhia e suas controladas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e

impostos ou encargos sobre vendas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

a.1) Receita de venda de mercadorias

A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida.

a.2) Receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

b.1) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras de cada controlada incluídas na consolidação e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior, a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos pelas taxas médias mensais dos exercícios.

b.2) Transações denominadas em moeda estrangeira

As controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia e são registrados como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são registradas no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da controladora.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- Instrumentos financeiros ao custo amortizado;
- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes; e
- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

d) Mensuração subsequente

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

e) Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo.
- Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos de eventuais reduções em seu valor recuperável. Os juros, correção monetária, e variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros que não se qualificam nas categorias descritas acima. A Companhia não tem ativos financeiros classificados nessa categoria.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes.

f) Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos e fornecedores.

g) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros reconhecidos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal e têm se a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h) *Impairment* de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo por meio do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de impairment. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado” (Nota 9).

j) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras.

Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 10.

k) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda. As perdas estimadas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas levando em consideração o histórico de vendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos.

A Administração da Companhia considera que foram constituídas perdas estimadas em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos.

l) Investimentos

Na controladora, os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

m) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 18 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriada, ao final de cada exercício. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

n) Intangível

São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil definida. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 19.

o) Redução ao valor recuperável - *Impairment*

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de uma Companhia de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de *impairment* sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros.

Para fins de teste de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais exista fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a unidade geradora de caixas “UGC’s” ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única “UGC” para realizar esse teste.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão por redução ao valor recuperável.

p) Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

q) Tributação

q.1) Imposto de renda e contribuição social

Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

r) Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

s) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

t) Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

u) Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 e IAS 37 da seguinte forma:

(i) ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) passivos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 25.

(iii) depósitos judiciais – são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

v) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que, saída de recursos sejam requeridas para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando há a expectativa de que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

w) Arrendamentos

Os contratos de arrendamento são classificados como leasing financeiros sempre que os termos do leasing transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para a Companhia e suas controladas.

Os leasings financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do leasing financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do leasing. O bem do imobilizado adquirido por meio de leasing financeiro é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme as taxas mencionadas na Nota 18.

A Companhia reconhece ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das suas lojas e um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos.

8. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

(i) Risco de mercado

A Administração da Cambuci elabora uma análise de sensibilidade e de cenários adversos possível e remoto para cada tipo de risco de mercado a que está exposta e está apresentada na Nota 27.3.

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos.

Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, em determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

a) Exposição a riscos cambiais

A política de gestão de risco de câmbio da Cambuci se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado.

A Cambuci administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Cambuci para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Cambuci está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo (“TJLP”) e da variação do certificado de depósito interbancário (“CDI diário”).

c) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Cambuci à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco de liquidez do cliente envolvido.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Cambuci tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. Em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constitui perdas estimadas para trazê-las ao seu valor provável de realização.

d) Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pelo Departamento de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

	Consolidado			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
				Total
Circulante				
Fornecedores	11.658	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	38.737	12.559	24.916	2.920
	50.395	12.559	24.916	2.920
				90.791

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	15	48	55	70
Bancos conta movimento	8.252	2.818	8.998	8.832
Aplicações financeiras	1	2.660	1	2.660
	8.268	5.526	9.054	11.562

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por certificados de depósitos bancários (“CDB”) e refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

10. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber no Brasil	55.435	56.034	65.273	64.805
Contas a receber no Exterior	2.147	2.414	2.480	2.871
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(10.180)	(8.942)	(13.480)	(11.950)
	47.402	49.506	54.273	55.726
Ativo Circulante	43.898	49.506	50.754	55.726
Ativo Não Circulante	3.504	-	3.519	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Títulos Vencidos - terceiros				
Até 30 dias	1.530	1.250	5.546	2.785
De 31 a 120 dias	1.976	1.025	1.973	1.657
De 121 a 180 dias	1.609	633	1.884	703
A partir de 181 dias	9.647	8.504	9.647	10.663
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(10.180)	(8.942)	(13.480)	(11.950)
Total dos títulos vencidos - terceiros	4.582	2.470	5.570	3.858
Títulos a vencer - terceiros	42.820	47.036	48.703	51.868
Total da carteira de clientes - terceiros	47.402	49.506	54.273	55.726

A movimentação do saldo de perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo da PECLD no início do período	(8.942)	(9.209)	(11.950)	(12.221)
Adição do período	(1.884)	(973)	(2.176)	(969)
Baixa de títulos considerados incobráveis	646	1.240	646	1.240
Saldo da PECLD no final do período	(10.180)	(8.942)	(13.480)	(11.950)

A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos e é composta pela somatória de 50% do montante dos títulos vencidos entre 120 e 179 dias; 95% do montante dos títulos vencidos há mais de 180 dias e; 100% dos títulos em cobrança judicial. A Administração da Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. A classificação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no resultado é apresentada em despesa com vendas. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha recebíveis oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos.

11. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Produtos acabados	19.930	22.050	24.417	28.291
Importação em andamento	5.213	2.319	5.213	2.319
Produtos em elaboração	606	645	606	645
Matérias-primas	5.921	5.520	5.964	6.503
	31.670	30.534	36.201	37.758

Os gastos com importações em andamento estão relacionados, principalmente, às operações de aquisição de matéria-prima e produtos acabados da Companhia.

Os estoques estão segurados contra incêndio. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos.

A Companhia tem como política avaliar periodicamente o giro dos estoques, e para os itens de baixa rotatividade ou obsoletos, são constituídas provisões com perdas.

A classificação das perdas por obsolescência no resultado é apresentada em outras despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo consolidado de estoque obsoleto é de R\$ 989 (R\$ 2.076 em 31 de dezembro de 2018), demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo da Provisão Obsolescência no início do período	(1.045)	(2.102)	(2.076)	(3.357)
Provisão do período	(445)	(251)	(679)	(251)
Reversão (Perdas) do período	812	1.308	1.766	1.532
Saldo da Provisão Obsolescência no final do período	(678)	(1.045)	(989)	(2.076)

12. PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados atendem aos seus interesses.

As transações entre a Controladora e as suas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

	31/12/2019		Transações no resultado de Janeiro a	
	Não Circulante	Não Circulante	Dezembro de 2019	
	Crédito com partes relacionadas	Débito com partes relacionadas	Venda de Produtos	Compra de Mat.Primas, Produtos acabados e serviços
Controladas				
Cambuci Importadora Ltda.	16.201	-	-	-
Era Sports Ltda.	-	-	-	-
Cambuci Trust S/A	-	320	-	-
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	22.518	-	1.704	-
Latinline S/A	1.591	-	-	-
Impar Paraguay S/A	-	-	-	-
Penalty Chile S/A	6.120	-	-	-
Penalty Ibéria S.L	55	-	-	-
Penalty Argentina S/A	8.449	-	8.882	-
	54.934	320	10.586	-
	31/12/2018		Transações no resultado de Janeiro a	
	Não Circulante	Não Circulante	Dezembro de 2018	
	Crédito com partes relacionadas	Débito com partes relacionadas	Venda de Produtos	Compra de Mat.Primas, Produtos acabados e serviços
Controladas				
Cambuci Importadora Ltda.	12.644	-	-	-
Era Sports Ltda.	65	-	-	-
Cambuci Trust S/A	237	-	-	-
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	25.989	-	-	-
Latinline S/A	1.093	-	-	-
Impar Paraguay S/A	-	1.667	-	-
Penalty Chile S/A	6.760	-	-	-
Penalty Ibéria S.L	54	-	-	-
Penalty Argentina S/A	2.520	-	6.291	-
	49.362	1.667	6.291	-

As transações de vendas realizadas com as controladas referem-se a vendas de produtos para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas.

Os saldos com as controladas, classificados em “Partes relacionadas”, no ativo não circulante, conforme quadro acima, são referentes a conta correntes operacionais entre as empresas do Grupo.

Todos os saldos e transações mantidos entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação.

No curso dos negócios da Companhia, os acionistas realizam operações comerciais e financeiras entre si. Todas as operações com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados no mercado. Os saldos de mútuo entre os acionistas em 31 de dezembro de 2019 correspondem a R\$ 1.596 e estão sujeitos a encargos financeiros e não há prazo de recebimento.

A Companhia está de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (“Lei das S.A.”), que proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberdade com a utilização de ativos da Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que

participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente.

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considerou como “pessoal-chave da administração” os membros dos conselhos de administração, conselho fiscal e os integrantes da sua diretoria. Em 31 de dezembro de 2019, o montante acumulado referente à salário do pessoal-chave da administração foi de R\$ 3.348 (R\$ 3.384 em 31 de dezembro de 2018).

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), a Companhia não possui programa de remuneração de benefícios de curto ou longo prazo a empregados ou administradores, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pela remuneração baseada em ações, conforme descrito na nota 34.

13. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS)	85	61	229	61
Imposto sobre produto industrializado (IPI)	72	85	87	85
Programa de Integração Social (PIS)	-	-	13	-
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	85	84	147	90
Imposto sobre valor agregado (IVA)	-	-	832	1.251
IRPJ	307	-	426	853
Contribuição Social	120	-	120	-
IR e CSLL diferidos	14.681	7.184	14.945	7.184
Outros	9	9	256	29
	15.359	7.423	17.055	9.553
Circulante	8.571	1.811	10.267	3.941
Não Circulante	6.788	5.612	6.788	5.612

13.1 Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos foram reconhecidos sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa da Controlada, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais tributos diferidos possam ser utilizados. Os montantes são calculados com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas dos balanços

As origens estão demonstradas a seguir:

	31/12/2019	
	IRPJ	CSLL
Perdas estimadas em ativos	2.042	2.042
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4.639	4.639
Provisões para perdas em investimentos	330	330
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	36.168	36.168
Total do ativo fiscal diferido	43.179	43.179
Alíquota nominais	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.795	3.886

(i) Os créditos estão suportados por estudos técnicos de viabilidade, os quais demonstram projeções de resultados futuros tributáveis, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em um período não superior a 10 anos. Os estudos técnicos de viabilidade foram submetidos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

13.2 Realização do Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que estas sejam liquidadas ou realizadas. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é imprevisível e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração.

Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico, ajustados com base nas estimativas das principais adições e exclusões fiscais. Com base nesta estimativa a Administração acredita que é provável que os impostos diferidos sejam realizados, conforme demonstrado abaixo, entretanto, essa estimativa pode não se concretizar nos próximos exercícios, se as estimativas de lucro tributável futuro não se confirmarem.

Baseada nas projeções de resultados para os exercícios seguintes, estimamos o seguinte cronograma de recuperação dos créditos fiscais:

Período	Controladora
2020	7.893
2021	2.470
2022	1.355
2023	1.439
2024	1.524
	14.681

14. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Os saldos que compõem essa rubrica no ativo circulante e não circulante, correspondem a antecipações de recursos relacionados a contratos de patrocínios, prêmios de seguros e gastos com marketing.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Confederação e Federações	786	927	786	927
Seguros	382	81	382	81
Outras	-	257	134	388
	1.168	1.265	1.302	1.396
Circulante	950	1265	1084	1396
Não Circulante	218	-	218	-

15. DEMAIS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Valor a receber de terceiros	-	-	2.708	2.577
Despachante aduaneiro	294	299	294	299
Alugueis a receber	905	1.106	905	1.106
PECLD	(97)	(134)	(97)	(134)
Adiantamento fornecedor	283	18	285	20
Valor Fundap a liberar	(i) -	-	30.814	26.233
Salos vinculados - Banco Santander e Daycoval	205	186	205	186
Outros	436	607	1.738	1.645
	2.026	2.082	36.852	31.932
Circulante	1.900	1.956	2.953	2.879
Não Circulante	126	126	33.899	29.053

(i) Trata-se de ação indenizatória contra o BANDES, oriundo de sentença proferida pelo TJ/ES, a qual não cabe rediscussão nos tribunais superiores.

16. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Em 30 de setembro de 2019, um imóvel da subsidiária Cambuci Trust S/A foi classificado para propriedade para investimento.

Inicialmente o valor foi transferido como propriedade para investimento a valor de custo, no montante de R\$ 25.988,

Imediatamente após sua transferência, a Companhia remensurou o imóvel ao valor justo e reconheceu um ganho de R\$ 25.212 em outros resultados abrangentes, demonstrada no Patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial (nota 25), e foi constituído imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$ 5.571.

As técnicas de avaliação usadas na mensuração ao valor justo, foram com base em preços de mercado atualizados, determinados por avaliadores externos e independentes. Os avaliadores utilizam preços observáveis no mercado, ajustados, se necessário, à natureza, à localização ou as condições do ativo específico.

Em 31 de dezembro, não foi observado nenhuma alteração no cenário do mercado imobiliário local que impactasse em alteração do valor justo de mercado determinado na avaliação realizada.

17. INVESTIMENTOS

(a) Informações sobre as controladas

Investimento da controladora	Participação no capital total %	Controladora			
		Lucro (prejuízo) do período		Patrimônio líquido	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Controladas					
Cambuci Importadora Ltda.	99,99	(243)	(766)	(10.935)	(10.735)
Era Sports Artigos Esportivos Ltda.	99,99	(472)	(709)	-	25.917
Impar Paraguay S/A	96,70	123	(94)	1.686	3.454
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	98,00	(274)	(373)	(18.143)	(17.869)
Latinline S/A	100,00	(524)	(244)	1.661	2.110
Penalty Argentina S/A	95,00	(4.613)	(14.537)	(1.535)	2.281
Penalty Chile S/A	100,00	(158)	(185)	(6.762)	(7.598)
Penalty Ibéria S.L	100,00	(5)	(54)	149	152
Cambuci Trust	100,00	432	(18)	46.845	784
		(5.734)	(16.980)	12.966	(1.504)

(b) Em 31 de dezembro de 2019, a movimentação dos investimentos e da provisão para perda em investimentos, foram as seguintes:

	31/12/2018	Aumento do Capital Social	Equivalência Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ajuste de conversão	Distrato Social	Distribuição de dividendos	Transferência entre contas	31/12/2019
Investimentos em controladas									
Latinline S/A	2.110	-	(524)	-	75	-	-	-	1.661
Penalty Argentina S/A	2.281	-	(3.206)	-	(101)	-	-	1.026	-
Cambuci Trust	784	25.988	432	19.642	-	-	-	-	46.846
Impar Paraguay S/A	3.454	-	123	-	(252)	-	(1.640)	-	1.685
Penalty Ibéria S.L	152	-	(5)	-	3	-	-	-	150
Era Sports Artigos Esportivos Ltda.	25.917	-	(472)	-	-	(25.445)	-	-	0
	34.698	25.988	(3.652)	19.642	(275)	(25.445)	(1.640)	1.026	50.342
	31/12/2018	Aumento do Capital Social	Equivalência Patrimonial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ajuste de conversão	Distrato Social	Distribuição de dividendos	Transferência entre contas	31/12/2019
Provisão para perdas em investimentos									
Cambuci Importadora Ltda.	(10.735)	-	(243)	-	43	-	-	-	(10.935)
Penalty Argentina S/A	-	-	(1.407)	-	898	-	-	(1.026)	(1.535)
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	(17.869)	-	(274)	-	-	-	-	-	(18.143)
Penalty Chile S/A	(7.598)	-	(158)	-	994	-	-	-	(6.762)
	(36.202)	-	(2.082)	-	1.935	-	-	(1.026)	(37.375)

A Companhia adota como prática constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente a participação societária sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), percentual este a sua obrigação perante ao déficit da Companhia. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, na rubrica “Provisão para perda em controladas”, tendo como contrapartida a conta de “resultado de equivalência patrimonial”.

18. IMOBILIZADO

O saldo e as movimentações do imobilizado estão demonstradas nos quadros abaixo:

							Controladora
	Taxa de Depreciação	31/12/2019			31/12/2018		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terreno		145	-	145	145	-	145
Edificações	2 a 4 %	10.642	(6.579)	4.063	10.642	(6.402)	4.240
Maquinas e equipamentos	6,67%	35.130	(24.336)	10.794	33.851	(22.757)	11.094
Equipamentos de computação	25%	5.818	(4.993)	825	5.356	(4.244)	1.113
Instalações	10%	4.913	(1.283)	3.630	4.038	(847)	3.192
Móveis e utensílios	8,33%	10.999	(7.370)	3.629	11.423	(7.042)	4.381
Outros ativos imobilizados	10 a 25%	10.368	(7.684)	2.684	11.993	(9.682)	2.311
Imobilizado em andamento		9	-	9	926	-	926
		78.024	(52.245)	25.779	78.374	(50.972)	27.401
							Consolidado
	Taxa de Depreciação	31/12/2019			31/12/2018		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terreno		685	-	685	12.975	-	12.975
Edificações	2 a 4 %	10.655	(6.580)	4.074	28.354	(9.942)	18.412
Maquinas e equipamentos	6,67%	35.361	(24.549)	10.813	34.009	(22.914)	11.095
Equipamentos de computação	25%	6.270	(5.400)	870	5.967	(4.827)	1.140
Instalações	10%	4.913	(1.283)	3.630	4.051	(847)	3.204
Móveis e utensílios	8,33%	12.274	(8.380)	3.894	11.770	(7.376)	4.394
Outros ativos imobilizados	10 a 25%	11.704	(7.684)	4.020	13.382	(9.681)	3.701
Imobilizado em andamento		42	-	42	926	-	926
		81.905	(53.876)	28.029	111.434	(55.587)	55.847

							Controladora
	31/12/2018	Adição	Baixa	Transferência	Depreciação	31/12/2019	
Terreno	145	-	-	-	-	145	
Edificações	4.240	-	-	-	(177)	4.063	
Maquinas e equipamentos	11.094	1.062	(110)	396	(1.648)	10.794	
Equipamentos de computação	1.113	276	(4)	224	(784)	825	
Instalações	3.192	838	(1)	37	(436)	3.630	
Móveis e utensílios	4.381	319	(248)	47	(870)	3.629	
Outros ativos imobilizados	2.311	2.264	(9)	(92)	(1.790)	2.684	
Imobilizado em andamento	926	163	7	(1.087)	-	9	
	27.401	4.922	(365)	(475) *	(5.705)	25.779	
							Consolidado
	31/12/2018	Adição	Baixa	Depreciação	Variação cambial	Transferência	31/12/2019
Terreno	12.975	-	(12.288)	-	(2)	-	685
Edificações	18.412	-	(13.700)	(651)	13	-	4.074
Maquinas e equipamentos	11.095	1.212	(92)	(1.648)	-	246	10.813
Equipamentos de computação	1.140	227	(43)	(817)	-	363	870
Instalações	3.204	839	-	(450)	1	37	3.631
Móveis e utensílios	4.394	578	(251)	(891)	5	59	3.894
Outros ativos imobilizados	3.701	2.263	(8)	(1.791)	(52)	(93)	4.020
Imobilizado em andamento	926	422	(217)	(1)	(1)	(1.087)	42
	55.847	5.541	(26.599)	(6.249)	(36)	(475) *	28.029

* Transferido para o Intangível

18.1 Arrendamento mercantil financeiro

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a pagar dessas operações totaliza R\$ 326 (R\$ 282 em 31 de dezembro de 2018), contemplado na rubrica “Empréstimos e Financiamentos”, referente a compra de equipamentos de informática, alocados nas respectivas contas dentro do Ativo Imobilizado.

18.2 Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

	Vida útil dos ativos imobilizados	
	31/12/2019	31/12/2018
Edificações	25 a 60 anos	25 a 60 anos
Máquinas e equipamentos	10 a 15 anos	10 a 15 anos
Equipamentos de computação	4 anos	4 anos
Instalações	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	12 anos	12 anos
Outros ativos imobilizados	4 a 10 anos	4 a 10 anos

As máquinas e equipamentos industriais foram avaliadas por um prazo médio de vida útil entre 10 e 15 anos, refletindo o uso contínuo desses equipamentos. Esse prazo foi definido levando em consideração as manutenções preventivas e corretivas praticadas no decorrer da vida útil dos ativos no processo produtivo e constante substituição de peças de reposição pelo avanço tecnológico e aumento na produção.

18.3 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Periodicamente, a Companhia efetua avaliação de seus ativos, através do setor de engenharia do produto, o qual avalia aquisição de novas tecnologias, possíveis descartes de equipamentos, manutenção e reposição de peças sempre que necessário ou que possam representar ganho de produtividade.

O critério definido como indicativo de valor recuperável (*impairment*), pela Administração, é o resultado global de suas plantas industriais, consideradas como o menor grupo identificável de unidade geradora de caixa. E como resultado desta análise, de acordo com o pronunciamento técnico CPC – 01 (R1) – Recuperação ao valor recuperável dos ativos, não foi constatada a necessidade de provisão para desvalorização por “*impairment*” sobre esses saldos.

19. INTANGÍVEL

Os saldos e as movimentações do intangível estão demonstradas nos quadros abaixo:

	31/12/2019				Controladora 31/12/2018			
	Taxa de Amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
Marcas e patentes	10%	2.613	(2.113)	500	2.421	(2.112)	309	
Direito de uso software (i)	20%	8.293	(7.254)	1.039	7.450	(7.041)	409	
Direito de Utilização de Imóveis	20%	796	(108)	688	-	-	-	
		11.702	(9.475)	2.227	9.871	(9.153)	718	

	Consolidado						
	31/12/2019				31/12/2018		
	Taxa de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Marcas e patentes	10%	2.613	(2.112)	501	2.421	(2.112)	309
Direito de uso software	20%	8.499	(7.453)	1.046	7.654	(7.225)	428
Intangível em andamento		203	-	203	-	-	-
Direito de Utilização de Imoveis	20%	2.348	(604)	1.744	-	-	-
		13.663	(10.169)	3.494	10.075	(9.337)	737

(i) Refere-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial que estão sendo utilizados pela Companhia. São representados substancialmente pelos sistemas Totvs-EMS e LINX. Os gastos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia, sendo de cinco anos.

A amortização de marcas e patentes é alocada aos custos dos estoques e incluídos no ‘Custo das vendas’, na medida em que os estoques são vendidos.

A movimentação do ativo intangível está demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora					
	31/12/2018	Adição	Baixa	Transfere ncia	Amortização	31/12/2019
Marcas e patentes	309	191	-	-	-	500
Direito de uso software	409	368	-	475	(213)	1.039
Direito de Utilização de Imoveis	-	2.978	(1.647)	-	(643)	688
	718	3.537	(1.647)	475 *	(856)	2.227

	Consolidado						
	31/12/2018	Adição	Baixa	Amortização	Transfêrência	Variação cambial	31/12/2019
Marcas e patentes	309	191	-	(0)	-	-	500
Direito de uso software	428	370	-	(225)	475	(2)	1.046
Intangível em andamento	-	203	-	-	-	-	203
Direito de Utilização de Imoveis	-	2.978	(554)	(680)	-	-	1.744
	737	3.742	(554)	(905)	475 *	(2)	3.493

* Transferido do imobilizado

20. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais	7.840	12.116	8.516	14.040
Fornecedores exterior	-	-	3.142	5.850
	7.840	12.116	11.658	19.890

21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		Controladora		Consolidado	
	Encargos Financeiros Médios	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Em moeda corrente - R\$					
Desconto de duplicatas	0,87 a 0,90% a.m	34.231	11.424	34.231	11.424
Conta garantida - recebíveis	0,15 % a.m a 1,18 % a.m	36.005	35.716	36.005	35.716
Capital de giro - CDI	CDI + 1,00% a 1,18% a.m.	3.266	9.585	3.266	9.585
Desenbahia - BNDES	TJLP	4.655	5.568	4.655	5.568
FINAME/FINEP	CDI + 0,60% a 1,18% a.m	131	283	131	283
Leasing	1% a.m.	326	282	326	282
		78.614	62.858	78.614	62.858
Em moeda estrangeira - US\$					
Capital de giro	(principal e juros reais - Moeda local)	-	-	519	1.535
		-	-	519	1.535
		78.614	62.858	79.133	64.393
Passivo circulante		49.311	49.302	49.490	50.317
Passivo não circulante		29.303	13.556	29.643	14.076

Detalhamento das operações de financiamentos

Em 31 de dezembro de 2019, o detalhamento das operações de financiamentos referentes à captação de recursos para capital de giro, investimentos e renegociações de dívidas está assim demonstrado por modalidade:

	Cambuci	Penalty Argentina	Penalty Chile	Total
Em moeda corrente - R\$				
Desconto de duplicatas	34.231	-	-	34.231
Conta garantida - recebíveis	36.005	-	-	36.005
Capital de giro - CDI	3.266	-	-	3.266
Desenbahia - BNDES (a)	4.655	-	-	4.655
FINAME/FINEP	131	-	-	131
Leasing	326	-	-	326
	78.614	-	-	78.614
Em moeda estrangeira - US\$				
Capital de giro	-	87	431	518
	-	87	431	518
	78.614	87	431	79.132

Termo e cronograma de amortização da dívida:

O montante dos financiamentos com vencimento a curto e longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	50.317
2020	49.490	8.126
2021	9.055	5.950
2022 em diante	20.588	-
	79.133	64.393

Garantia:

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui ativos oferecidos como garantia para obtenção de empréstimos e financiamentos. A Administração da Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos, processos judiciais ou vendê-los a outra companhia. Informamos os valores do ativo imobilizado que estão dados em garantia para as operações de empréstimos:

- Terreno/edificações/máquinas/equipamentos/instalações: R\$ 16.133 com Desenhahia.
- Terreno/edificações: R\$ 30.000 com capital de giro.

22. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
FGTS	299	339	299	339
INSS	549	652	549	652
IRRF	195	269	195	269
Outros encargos	22	24	263	306
Pensão Alimentícia	3	1	3	1
Férias	26	38	26	38
Provisão de férias e encargos	2.970	3.702	2.970	3.702
Salários	994	2.067	994	2.067
	5.058	7.092	5.300	7.374

23. OBRIGAÇÕES FISCAIS

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e contribuições					
ICMS	(iii)	351	21.048	351	21.048
PIS		-	-	12	10
COFINS		-	-	52	45
IR S/Lucro		-	-	48	-
CSLL S/Lucro		-	-	17	-
IR/CSLL s/ajuste avaliação patrimonial		-	-	5.571	-
Outros		273	127	907	1.440
		624	21.175	6.958	22.543
Tributos parcelados					
PPI do ICMS		-	-	23.563	22.544
PERT - Programa Especial de Regularização Tributária	(i)	-	3.854	-	3.854
Parcelamento ordinário - PIS / COFINS	(ii)	1.320	1.696	1.320	1.696
Parcelamento ordinário - CONTRIB.PREV	(ii)	944	1.212	944	1.212
Parcelamento ordinário - IPI / IRRF / CSRF	(ii)	176	226	176	226
Parcelamento ordinário de INSS	(ii)	2.245	2.872	2.245	2.872
Parcelamento IPTU		110	172	110	172
Parcelamento FGTS		731	1.259	731	1.259
		5.526	11.292	29.089	33.835
		6.150	32.466	36.047	56.378
Passivo circulante		2.598	27.022	6.935	31.385
Passivo não circulante		3.552	5.444	29.112	24.993

- (i) Em 30 de outubro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme a Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017. No âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Companhia está liquidando seus débitos vencidos até 30 de abril de 2017, com entrada de 24% da dívida consolidada em 24 prestações mensais e sucessivas e a liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL. No âmbito da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a Companhia liquidou seus débitos com entrada de 5% do valor da dívida consolidada, sem reduções, em 3 parcelas mensais e sucessivas e a liquidação do restante com utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL.
- (ii) A Companhia parcelou os débitos vencidos após 30 de abril de 2017, que não foram contemplados no PERT na Secretaria da Receita Federal do Brasil, em 60 parcelas mensais e sucessivas.
- (iii) Dívida tributária do ICMS/SP, cujos parcelamentos foram rompidos e após as discussões sobre o índice da atualização monetária. Através do Decreto 65.564 de 06/11/2019, que instituiu o Programa Especial de Parcelamento (PEP do ICMS), foi liquidado em 20 de dezembro de 2019 o valor da dívida no total de R\$ 8.661.

24. DEMAIS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2019, os valores que compõem essa rubrica correspondem, substancialmente, a valores a pagar de patrocínios a clubes e de comissões.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento de clientes	293	545	301	553
Qualidade cliente	259	284	264	290
Aluguéis a pagar	710	-	1.760	-
Frete a pagar	882	-	882	-
Provisão de Frete	163	489	163	489
Galacross do Brasil Ltda	3.386	3.443	3.386	3.443
Mutuo Pessoa Física	1.596	2.421	1.596	2.421
Comissões a pagar	219	295	219	295
CBFS - Confederação Brasileira de Futebol	-	3.852	-	3.852
Provisões de despesas diversas	3.130	2.315	3.130	2.315
Agenciamento de créditos financeiros (i)	19.311	15.805	19.311	15.805
Agro Industrial Três Marias (ii)	-	6.833	-	6.833
Outros	663	1.108	1.420	1.703
	30.612	37.390	32.432	37.999
Circulante	23.963	23.928	24.585	24.152
Não Circulante	6.649	13.462	7.847	13.847

- (i) Agenciamento e intermediação na repactuação de dívidas financeiras
- (ii) Confissão de dívida decorrente do pagamento realizado junto ao Bradesco

25. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Natureza	31/12/2019			Controladora 31/12/2018		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
Trabalhistas	1.396	(1.241)	155	1.050	(1.759)	(709)
Fiscais	2.998	-	2.998	2.998	-	2.998
Cíveis	245	(3.663)	(3.418)	386	(8.002)	(7.616)
	4.639	(4.904)	(265)	4.434	(9.761)	(5.327)
Natureza	31/12/2019			Consolidado 31/12/2018		
	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida	Valor de Provisão	Depósito Judicial	Contingência Líquida
Trabalhistas	1.396	(1.241)	155	1.050	(1.759)	(709)
Fiscais	3.051	-	3.051	2.998	-	2.998
Cíveis	245	(3.718)	(3.473)	386	(8.004)	(7.618)
	4.692	(4.959)	(267)	4.434	(9.763)	(5.329)

A provisão para contingência foi constituída no montante estimado para todas aquelas ações que, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, estão classificadas como perda provável.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

	Controladora			
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.050	2.998	386	4.434
(+) Complemento de provisão	881	-	-	881
(-) Reversão	(309)	-	(141)	(450)
(-) Pagamentos	(226)	-	-	(226)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	1.396	2.998	245	4.639

A Administração da Companhia, junto aos seus assessores jurídicos externos, estima que o desembolso desses recursos possa ocorrer, substancialmente, entre 2021 e 2022.

Contingências perdas possíveis

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, de naturezas cíveis, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos externos da Companhia como possíveis. As ações com riscos de perda classificados como prováveis são provisionadas e estão apresentadas nesta nota.

Os assessores jurídicos externos da Companhia não conseguem estimar o prazo de conclusão desses processos. Adicionalmente, a Administração entende não ser possível estimar o montante de desembolso para fazer face de um eventual desfecho desfavorável à Companhia.

A Companhia não espera qualquer reembolso em conexão com o resultado desses processos. Os processos mais significativos, cujos riscos foram avaliados como possível, estão sumariados a seguir:

- (i) Ações cíveis, no montante de R\$ 3.678, com grande parte pleiteando danos morais e materiais.
- (ii) Ações trabalhistas, movidas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente a constatação de lesão por esforço repetitivo (LER) e/ou adicional de insalubridade e outras demandas, no montante de R\$ 968.
- (iii) Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho por suposto descumprimento de medidas relacionadas à saúde e segurança do trabalho nas unidades fabris da Bahia. Os assessores jurídicos internos e externos da Companhia estimam uma perda possível de R\$ 1.148

(iv) Autos de infração movidos pela Receita Estadual dos Estados da Bahia e Paraíba para cobrança de ICMS, proveniente da glosa de diversos créditos tributários, no montante de R\$ 22.661.

(v) Autos de infração movidos pela Receita Federal no montante de R\$ 3.793.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$45.539, representado por 41.980.080 ações, sendo todas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais. Essas ações poderiam existir através de instrumento financeiro ou outro contrato que dá ao seu titular o direito a ações ordinárias.

O valor de mercado das ações da Cambuci (CAMB3), de acordo com a última cotação média das ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, correspondia em 31 de dezembro de 2019 a R\$ 6,85 por ação.

Em 28 de junho de 2019, foi aprovado a homologação parcial do Aumento de Capital, dentro do limite do capital autorizado, efetivamente realizado no valor de 9.903.029,76 (nove milhões, novecentos e três mil, vinte e nove reais e setenta e seis centavos), mediante a emissão de 120.431 (cento e vinte mil, quatrocentos e trinta e uma) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 222.353 (duzentas e vinte e duas mil, trezentas e cinquenta e três) ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em decorrência do aumento de capital ora homologado, o capital social da Companhia passou de R\$ 35.635.955,43 (trinta e cinco milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e três centavos), dividido em 1.308.726 (um milhão, trezentos e oito mil, setecentos e vinte e seis) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 2.546.498 (dois milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e oito) ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal para R\$ 45.538.985,19 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e oito mil, novecentos e oitenta e cinco reais e dezenove centavos), dividido em 1.429.157 (um milhão, quatrocentos e vinte e nove mil, cento e cinquenta e sete) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 2.768.851 (dois milhões, setecentos e sessenta e oito mil e oitocentos e cinquenta e uma) ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal. Foram canceladas as 11.979 (onze mil, novecentos e setenta e nove) ações preferenciais não alienadas no âmbito do Leilão especial de venda.

Em 15 de agosto de 2019, foi aprovada em assembleia geral extraordinária, o desdobramento das ações ordinárias e preferenciais representativas do capital social da Companhia, de forma que cada ação passou a ser representada por 10 (dez) ações de mesma espécie e com os mesmos direitos da ação desdobrada. O preço de cada ação negociada na B3 foi ajustado, a partir desta data, na mesma proporção do desdobramento.

Em Assembleia Especial de Acionistas Titulares de Ações Preferenciais (AGESP) realizada no dia 13 de novembro de 2019, a Companhia realizou a conversão da totalidade das ações preferenciais em emissão da Companhia em ações ordinárias. Foram convertidas 27.688.510 ações preferenciais em ações ordinárias. A partir de 23 de dezembro de 2019, a Companhia passou a contar somente com ações ordinárias.

26.2 Reservas

26.2.1 Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social.

26.2.2 Reserva de incentivos fiscais

A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras, constituídos como “Reserva de incentivos fiscais” no grupo “Reservas de lucros”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia destinou o valor de R\$ 10.180 para reserva de incentivos fiscais, deduzindo esse valor da base de dividendos.

26.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

Valor referente a diferença entre o valor contábil da propriedade para investimento e seu valor justo, conforme nota 16.

26.4 Outros Resultados abrangentes

Corresponde aos efeitos de conversão da moeda funcional para a moeda de balanço apurados sobre os investimentos societários mantidos no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, refere-se a parte remanescente do aumento da propriedade para investimento, que é a diferença entre o valor de custo da propriedade e o seu valor justo.

26.5 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, excluindo aquelas mantidas em tesouraria e respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia.

O resultado diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia.

O número médio ponderado dessas ações é calculado a partir do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no início do exercício, ajustado pelo número de ações, quando aplicável, readquiridas ou emitidas durante o exercício multiplicado por um fator ponderador de tempo.

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o resultado do exercício ajustado aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	Janeiro a dezembro de 2019		
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total
Resultado atribuível aos acionistas	20.212	20.212	20.212
Media ponderada das ações em circulação durante o período	41.980	-	41.980
Resultado por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$	0,481467	-	0,481467

	Janeiro a dezembro de 2018		
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total
Resultado atribuível aos acionistas	16.650	16.650	16.650
Media ponderada das ações em circulação durante o período	1.309	2.546	3.855
Resultado por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$	12,719633	6,539670	4,319066

Durante o exercício de 2019 foram realizadas subscrição de ações, desdobramento de ações ordinárias e preferenciais e a conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferenciais e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não apresenta ações potenciais que provocam diluição.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

		Controladora		Consolidado	
Classificação por categoria		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixas e bancos	Empréstimos e recebíveis	8.267	2.866	9.053	8.902
		8.267	2.866	9.053	8.902
Aplicacoes financeiras					
Aplicação mantida até o vencimento	Mantidos até o vencimento	1	2.660	1	2.660
		1	2.660	1	2.660
Contas a receber clientes					
	Empréstimos e recebíveis	47.402	49.506	54.273	55.726
		47.402	49.506	54.273	55.726
Partes relacionadas					
Ativos	Empréstimos e recebíveis	54.934	49.362	-	-
Passivos	Empréstimos e recebíveis	(320)	(1.667)	-	-
		54.614	47.695	-	-
Fornecedores					
	Outros passivos financeiros	7.840	12.116	11.655	19.890
		7.840	12.116	11.655	19.890
Empréstimos e financiamentos					
Moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	-	-	518	1.535
Moeda Nacional	Outros passivos financeiros	78.614	62.858	78.614	62.858
		78.614	62.858	79.132	64.393
Debêntures					
	Outros passivos financeiros	-	370	-	370
		-	370	-	370

A tabela acima apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, sendo o valor justo uma aproximação razoável do valor contábil.

27.1 Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é estimado como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- (i) contas a receber de clientes, fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- (ii) o valor justo de partes relacionadas ao final de cada período é igual ao valor contábil.

(iii) o valor justo dos financiamentos é uma aproximação razoável do valor contábil.

27.2 Hierarquia do valor justo

Técnicas de avaliação e dados (*inputs*) significativos não observáveis

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não mantinha operações de instrumentos financeiros cujas mensurações dependeriam da hierarquia de valor justo. Entretanto, caso houvesse essas operações, a Companhia aplicaria o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial e divulgaria as mensurações dependendo do nível da hierarquia de valor justo, que são:

Nível 1 – valor justo obtido através de preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, como, por exemplo, a bolsa de valores; e

Nível 2 – valor justo obtido por modelos de fluxo de caixa descontado, quando o instrumento é uma compra ou venda a termo ou contrato de *swap* ou por modelos de avaliação de contratos de opções. Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos.

Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

27.3 Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência das taxas de câmbio, taxas de juros e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos a essas variáveis estão apresentadas a seguir.

Em 31 de dezembro de 2019, os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia incluem contas de depósitos bancários, contas a receber e financiamentos, que tem seus valores apresentados nos registros contábeis próximos aos de mercado.

(i) Seleção dos riscos

Os principais riscos que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são:

- a taxa de câmbio dólar-real
- indexadores de mercado (CDI / INPC / IPCA / TJLP / TR)

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Cambuci apresenta as exposições a moedas como se fossem independentes, ou seja, sem refletir na exposição a uma taxa de câmbio os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

Não faz parte da estratégia da Companhia e suas controladas, efetuarem transações envolvendo derivativos com propósitos especulativos.

A Companhia ainda apresenta, em 31 de dezembro de 2019, valores referentes a alguns empréstimos e financiamentos, que por estarem renegociados não podem ser comparados aos valores de mercado.

(ii) Seleção dos cenários

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Cambuci inclui na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Administração da Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Dado que a Cambuci administra sua exposição cambial

em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar contra o real podem ser compensados por efeitos opostos nos resultados operacionais.

Foi considerada uma alta para a taxa de câmbio dólar-real de 25% para o cenário adverso possível e 50% para o cenário extremo, em relação à nossa projeção do dólar médio do exercício.

(iii) Sensibilidade

A sensibilidade dos empréstimos e financiamentos, fornecedores e clientes expostos à variação das taxas de mercado, segundo o que determina a instrução CVM 475/08, é apresentada na tabela abaixo com as variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

	R\$	Cenário provável	Cenário adverso possível (a)		Cenário adverso remoto (b)	
		Taxa (média/ano)	Taxa (+25%)	Perda	Taxa (+50%)	Perda
CDI	3.266	3,9987%	4,9984%	33	5,9981%	65
TJLP	4.655	4,2450%	5,3063%	49	6,3675%	99
TR	131	0,5967%	0,7459%	-	0,8951%	-
Peso Argentina	87	0,0673	0,0842	1	0,1010	3
Peso Chileno	431	0,0054	0,0067	1	0,0080	1
Fornecedor	3.142	4,0500	5,0625	3.181	6,0750	6.363
Clientes	2.147	4,0500	5,0625	(2.174)	6,0750	(4.348)
	13.859			1.091		2.183

(a) O cenário adverso possível é representado por uma desvalorização do real em relação aos empréstimos em moeda estrangeira de 25% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, TJLP, TR, Dólar e outras moedas estrangeiras de 25% em relação às taxas do cenário provável.

(b) O cenário adverso remoto é representado por uma desvalorização do real em relação aos empréstimos, fornecedores e clientes em moeda estrangeira de 50% e também um aumento nas taxas dos indexadores CDI, TJLP, TR, Dólar e outras moedas estrangeiras de 50% em relação às taxas do cenário provável.

27.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Contas a receber

Praticamente todos os clientes da Companhia não possuem classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio que gera a classificação de risco para a totalidade dos títulos a receber de clientes nacionais e parte dos títulos de clientes no exterior. Em 31 de dezembro de 2019, a metodologia de classificação do risco não sofreu alteração em relação a 31 de dezembro de 2018.

28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas brutas de vendas				
Brasil	223.446	246.464	223.446	246.464
Exterior	12.206	9.507	1.620	3.216
Latinline	-	-	189	787
Impar Sports	-	-	802	-
Impar Paraguai	-	-	-	18
Penalty Argentina	-	-	28.556	36.298
Penalty Chile	-	-	-	975
	235.652	255.971	254.613	287.758
Deduções de Venda				
Tributos	(27.699)	(30.847)	(29.154)	(32.267)
Devoluções de vendas e outros	(5.608)	(8.001)	(5.623)	(8.002)
	(33.307)	(38.848)	(34.777)	(40.269)
Receita líquida de vendas	202.345	217.123	219.836	247.489

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, com as respectivas alíquotas básicas:

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 18,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Contribuição para Seguridade Social (i)	1,00%

(i) Vigente a partir de 1º de dezembro de 2011 de acordo com o art. 8º da Lei nº 12.546 de 14/12/2011 que substituiu a contribuição de INSS a cargo da empresa de vinte por cento sobre o total das remunerações pagas ou creditadas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais que lhe prestem serviços. Até julho de 2012 a alíquota foi de 1,50%, a partir de 1º de agosto de 2012 passou a ser de 1,00% do faturamento, conforme a MP nº 563 de 03/04/2012 e Lei nº 12.715 de 17/09/12. Em função das alterações promovidas pela referida lei, a Companhia entende que o INSS passou a ser um tributo sobre vendas e, consequentemente, para fins de divulgação das Informações contábeis, a receita de vendas está apresentada líquida desse tributo.

29. INCENTIVOS FISCAIS – SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS

A Companhia goza de subvenções de investimentos, concedidas pelos governos estaduais em que as principais fábricas estão localizadas, as quais expiram entre 2020 e 2021. A partir de 1º de janeiro de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.638/07, o referido benefício passou a ser reconhecido no resultado, constituindo, quando do encerramento das demonstrações financeiras, uma reserva de lucros no patrimônio líquido, conforme as disposições das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

O valor dessa subvenção para investimentos, registrado em 31 de dezembro de 2019 e 2018, está demonstrado no quadro abaixo:

		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018
Subvenção do ICMS:			
Paraíba	(a)	5.155	6.094
Bahia	(b)	12.722	14.061
		17.877	20.155

a) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Paraíba, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pela fábrica de Bayeux. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar a unidade fabril naquela região, incrementar a produção e gerar empregos diretos na fábrica paraibana.

Em 31 de dezembro de 2019 não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica Incentivos Fiscais Adeq. Lei nº 11.638 na demonstração do resultado.

b) Valores referentes à subvenção para investimentos no Estado da Bahia, usufruída na forma de apuração de crédito presumido de ICMS, apurados pelas fábricas de Itajuípe e Itabuna. Os montantes envolvidos representam as parcelas não recolhidas de ICMS e, portanto, de destino comprometido conforme pactuado com o governo estadual. A Companhia está adimplente com o acordo estabelecido, que consiste em ampliar as unidades fabris naquela região, incrementar a produção e gerar empregos diretos nas fábricas baianas.

Em 31 de dezembro de 2019 não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica Incentivos Fiscais Adeq. Lei nº 11.638 na demonstração do resultado.

30. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas estavam representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Venda de matéria-prima	420	330	420	330
Venda de sucatas	3	6	3	6
Venda de resíduos	1	1	1	1
Venda de Ativo Permanente	353	-	353	-
Receita de Aluguéis	-	2.807	522	2.807
Recuperação de créditos baixados	438	2.813	438	2.813
Venda de sobra de Energia Elétrica	-	13	-	13
Outras Receitas	4.900	2.781	4.917	2.914
PEP ICMS	11.970	-	11.970	-
Provisão de PLR	-	(278)	-	(278)
Provisão Banco de horas	-	282	-	282
Crédito Fiscal	5.274	6.917	5.274	6.919
Custo s/ venda de materia prima	(684)	(690)	(684)	(690)
Impostos s vendas de matéria-prima	(87)	(86)	(87)	(86)
Auto Infração - ICMS	(485)	(48)	(485)	(48)
Baixa de bens de ativo permanente	(337)	(87)	(337)	(87)
Baixa Estoques Obsoletos	(105)	186	(105)	186
Contingências Cíveis	61	-	61	-
Contingências Fiscais	-	(2.998)	-	(2.998)
Indenização de Representações	-	(2.105)	-	(2.105)
Ociosidade Fabril	-	(1.117)	-	(1.117)
Reclamações Trabalhistas	(979)	-	(979)	-
Reversão Contingência Trabalhista	-	103	-	103
Confederações	(2.815)	-	(2.815)	-
Parada ref. férias coletivas	(2.030)	-	(2.030)	-
Outras Despesas	(1.267)	(1.828)	(2.281)	(3.252)
	14.631	7.002	14.154	5.713

31. RECEITAS FINANCEIRAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	1	9	1	9
Variação cambial	4.616	5.410	688	2.581
Juros recebidos	973	1.300	973	1.300
Atualização Fundap	-	-	4.580	2.813
Repactuação de Empréstimos Bancários	-	14.085	-	14.085
Outras Receitas	-	-	99	110
	5.590	20.804	6.341	20.898
Despesas financeiras				
Comissão e Despesa Bancárias	(1.300)	(874)	(1.499)	(1.162)
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(16.704)	(12.734)	(20.649)	(18.395)
Pis/Cofins s/Receitas Financeiras	(71)	-	(71)	-
Variação cambial	(3.751)	(4.116)	(3.751)	(4.118)
Juros sobre fornecedores e impostos	(685)	(12.530)	(5.067)	(15.219)
Juros mutuo acionista	(707)	(229)	(707)	(229)
Descontos financeiros	(46)	(185)	(46)	(185)
Efeito da Aplicação do CPC 42/IAS 29	-	-	(45)	(923)
Outras despesas	(10)	(152)	(10)	(152)
	(23.274)	(30.820)	(31.845)	(40.383)
Resultado financeiro líquido	(17.684)	(10.016)	(25.504)	(19.485)

32. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações das despesas por natureza são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custo dos produtos vendidos				
Materia prima	64.032	67.876	67.181	85.073
Mão de obra direta	25.919	29.944	25.919	29.944
Gastos gerais de fabricação	22.227	23.439	22.227	22.729
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	2.601	4.001
Depreciação e Amortização	4.480	4.668	5.052	4.737
	116.658	125.927	122.981	146.484
Despesas com vendas				
Clubes	1.013	968	1.013	968
Comissões	10.334	10.027	10.850	10.678
Marketing e TradeMarketing	9.626	8.980	10.398	12.344
Frete	6.018	6.469	7.324	8.669
Despesas com pessoal	6.578	8.167	7.163	8.875
Despesas com tecnologia da informação	123	131	123	131
Consultorias	58	66	58	66
Serviços com Terceiros	2.184	1.684	2.194	1.697
Depreciação e amortização	1.018	323	1.018	324
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	668	1.366
Outros	4.440	3.157	6.125	5.370
	41.392	39.972	46.934	50.488
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	10.264	11.278	11.484	13.507
Serviços com Terceiros	5.163	4.794	5.327	5.083
Bônus sobre atingimento de meta	-	960	-	960
Despesas com tecnologia da informação	1.056	1.047	1.056	1.047
Consultorias	521	412	521	412
Depreciação e Amortização	1.063	1.185	1.084	1.955
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	383	624
Outros	4.726	2.088	6.276	3.705
	22.793	21.764	26.131	27.293

33. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes da tributação	12.796	9.466	12.440	9.452
IR e CSLL à taxa nominal combinada de 34%	4.351	3.218	4.416	3.218
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	2.111	5.773	2.111	5.773
Subvenção para incentivos	(6.312)	(7.137)	(6.312)	(7.137)
PAT	-	-	-	-
Compensação de Prejuízos Fiscais	51	-	51	-
Provisões	(372)	(1.946)	(372)	(1.946)
Outros	-	-	41	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	-	-	(65)	-
Taxa efetiva	0,00%	0,00%	-0,52%	0,00%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de imposto e renda e contribuição social, estavam representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	-	-	(65)	-
Diferido	7.497	7.184	7.852	7.187
	7.497	7.184	7.787	7.187

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estejam disponíveis, sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

O principal tomador de decisões operacionais responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da Companhia é representado pelo Diretor Presidente.

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados, bolas, meias, confecções e acessórios em geral, à Companhia está organizada em uma única unidade geradora de caixa e, portanto, em somente um segmento passível de reporte. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das Informações trimestrais da Companhia.

Os produtos da Companhia estão representados por duas marcas (Penalty e Stadium), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias e lojas multimarcas) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Embora a Companhia possua uma estrutura de gestão matricial, em que as receitas de vendas são analisadas pelo principal tomador de decisões em diversos níveis, os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e suas controladas são divididos entre diversos produtos, tais como: calçados, artigos esportivos e vestuário em geral. Tendo em vista que todas as decisões tomadas em base de relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de fabricação similar, e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

Como mencionado anteriormente, as operações são geridas de forma consolidada e inclui a seguinte segmentação geográfica:

(a) operações nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil; e

(b) operações internacionais: desempenho das controladas na Argentina e Uruguai.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a receita bruta de vendas consolidada por segmento geográfico está representada da seguinte forma:

- Operações nacionais: 87,8%.
- Operações internacionais: 12,2%.

As informações de vendas brutas no mercado interno e externo, por segmento geográfico, apresentadas no quadro abaixo, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior.

Vendas brutas – mercado interno e externo

	Consolidado	
	Período de nove meses	
	31/12/2019	31/12/2018
Brasil	223.446	246.464
Argentina	28.556	36.298
Outros	2.611	4.996
Total	254.613	287.758

35. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS – PLANO DE OPÇÕES

Em 29 de novembro de 2012, através de Assembleia Geral Extraordinária, o Conselho de Administração, no âmbito de suas funções, aprovou o plano opções de compra de ações para colaboradores da Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foram outorgadas aos executivos da Companhia plano de opções de ações, bem como não houveram exercícios de opções relativos a períodos anteriores.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não houve obrigação de provisão com remuneração baseada em ações em virtude de não haver nenhum compromisso assumido em razão de outorga de opção de compra ou subscrição de ações vigente.

36. COBERTURA DE SEGUROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houveram alterações significativas na cobertura de seguros da Cambuci e suas controladas. A Companhia e suas controladas mantém apólices de seguros para seus bens, considerando adequada a cobertura contratada, considerando as orientações de terceiros e a concentração de seus riscos.

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais está composto por R\$153.650 para danos materiais e R\$ 7.891 para responsabilidade civil, respectivamente para o Grupo e para a Companhia.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia tem ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e na data de 14 de fevereiro de 2020, decorreu o prazo de interposição de recurso em face ao agravo interno interposto pela Receita Federal. A Companhia aguarda a certidão de trânsito em julgado para homologar o crédito tributário levantado no período.

* * * * *

Diretoria estatutária

- Alexandre Schuler - Diretor Presidente
- Roberto Estefano - Diretor de Relações com o Mercado
- Emerson Tsuneji Shiromaru - Diretor Operações Internacionais, Inovação e Tecnologia

Conselho de Administração

- Roberto Estefano
- Eduardo Estefano Filho
- Manuel Roberto Bravo Caldeira

Conselho Fiscal

- Antonio Carlos Bonini Santos Pinto
- Mário Alberto de Lima Reis Coutinho
- Roberto Massayuki Hara

Contador:

Paulo Cesar Picolli
Gerente Contábil Fiscal
Contador CRC SP 165645/O-6